

ORIENTAÇÃO SEXUAL COM JOVENS: CONSTRUINDO UM EXERCÍCIO RESPONSÁVEL DA SEXUALIDADE

Marco Antonio De Oliveira Branco
Maria Jaqueline Coelho Pinto
Ana Márcia Sanches De Almeida Vianna

Famerp – Faculdade De Medicina De São José Do Rio Preto

1. Os jovens

Para realizar uma prática adequada de Orientação Sexual com jovens, é necessário que o profissional conheça o público beneficiário de sua ação, ou seja, de quem e com quem falamos na condição de educadores.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 – Art. 2º) “considera-se criança, [...], a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990).

Muitos autores que se preocupam com a temática da infância e juventude afirmam que não é possível definir o período que compreende a infância e a adolescência apenas pela faixa etária. Quando podemos afirmar que uma criança deixou de sê-lo e passou a ser adolescente? Quais comportamentos são considerados infantis, juvenis e/ou adultos? Estes são questionamentos complexos (Canosa Gonçalves et. al., 2003).

Em todos os questionamentos que formulamos a respeito dos seres humanos, devemos sempre conceber o homem enquanto ser integral, biopsicossocial. Desta forma, precisamos considerar as dimensões biológica, psicológica e social das pessoas, compreendendo que estas não são separadas, mas integradas na existência humana.

Em relação à dimensão biológica, percebemos que uma criança começa a deixar de sê-lo quando ela vivencia o período do desenvolvimento humano chamado de puberdade. Para esta discussão, tomaremos como referência o trabalho de Gewandsznajder (1999).

Na puberdade, o corpo do menino ou da menina passa por um processo de transformação, deixando de ser um corpo infantil para se tornar um corpo adulto, ou seja, pronto para reprodução.

A faixa etária que corresponde a este período é variável. Em geral, a puberdade ocorre nos garotos entre 11 e 13 anos e nas garotas entre 10 e 12 anos. É necessário saber que estas idades não são fixas, podendo variar de pessoa para pessoa.

Tanto em garotos quanto em garotas ocorre o chamado “estirão”, ou seja, um crescimento do corpo acentuado em um curto período de tempo. O “estirão” costuma iniciar mais cedo nas meninas que nos meninos, razão pela qual as meninas por volta dos 12 anos de idade são freqüentemente mais altas que os meninos. Também tanto em garotos quanto em garotas ocorre o aparecimento de pêlos pubianos e axilares. A pele se torna mais oleosa e o corpo, através do suor, passa a ter um cheiro característico de pessoa adulta, diferenciando-se da criança.

Nos garotos ocorre o aparecimento da barba, e a laringe se alarga provocando a tendência da voz se tornar mais grave. Também ocorre o aumento da massa muscular, com conseqüente ampliação da força física, e o aumento do pênis e testículos.

Nas garotas ocorre o aumento dos seios, quadris, nádegas e coxas, dando ao corpo o aspecto de mulher em fase adulta. A partir da puberdade a garota passa a menstruar, característica que sinaliza que seu organismo está pronto para gerar filhos.

É preciso deixar claro que puberdade não é sinônimo de adolescência. Puberdade compreende as transformações corporais que tornam o corpo humano adequado para a reprodução, deixando de ser um corpo infantil para tornar-se um corpo adulto (Bonini e Vani, 2006). A adolescência compreende um período mais extenso e significativo que a puberdade, sendo esta etapa constituinte daquela.

O termo adolescência vem do termo latino *adolescere*, que significa “crescer, engrossar, tornar maior” (Rouco, 1999, p. 93).

Em relação à dimensão psicológica, segundo Canosa Gonçalves et. al. (2003) e Tavares (1999), as crianças que se tornam adolescentes também passam por transformações. A principal delas é em relação à própria identidade. Neste

momento, o adolescente necessita se reconhecer num corpo transformado, que não é mais o corpo infantil que ele tinha, e que agora é um corpo adulto, visivelmente modificado.

Outro passo importante é a consolidação de si próprio enquanto pessoa “independente”, sob o ponto de vista da determinação de suas escolhas pessoais e da responsabilidade que elas trazem. É neste momento que pode haver uma divergência, e até um questionamento, com as regras determinadas pela família e pela sociedade.

Na adolescência é comum ocorrer uma identificação muito intensa do jovem com seu grupo de “iguais”, em geral outros jovens. Não é raro este grupo (galera, turma, etc.) compartilhar um determinado modo de conversar, de se vestir, enfim, de se comportar. Esta identificação com o grupo é importante na construção da própria identidade (pessoal, sexual, social) do adolescente.

Em geral, nesta fase do desenvolvimento ocorrem as primeiras manifestações da sexualidade adulta, ou seja, o primeiro beijo, o “ficar”, o namoro, as primeiras experiências eróticas. Trata-se de uma busca pelo outro para um relacionamento afetivo-sexual. “A adolescência é uma fase de descobertas, de desafios e a sexualidade humana talvez seja, para a maioria dos jovens, o aspecto mais interessante desta jornada” (Canosa Gonçalves et. al., 2003, p. 62).

Em relação à dimensão social, precisamos considerar que a adolescência enquanto processo de desenvolvimento humano não é universal, ou seja, não é igual para todos os jovens. Cada um vivenciará a sua adolescência de acordo com suas condições de vida, o seu lugar de moradia, a dinâmica de sua família de origem, as características de acesso à escola ou aos serviços de saúde, as modalidades de lazer a que tem acesso, dentre outros condicionantes. Todas as transformações vivenciadas pelo jovem são construídas mediante as relações sociais que eles estabelecem. Não existe um “padrão”. Cada indivíduo, a partir de sua realidade social, vivenciará sua juventude de forma particular (Rouco, 1999).

Não devemos pensar a juventude como crise, mas como um processo do ciclo vital do jovem. Isto quer dizer que devemos compreender o jovem não enquanto um “problema” ou um “fardo”. Deve ser compreendido sempre a partir da

sua pessoa em condição peculiar de desenvolvimento inserida num determinado contexto sócio-cultural (Guimarães, 2006).

Outro fator importante a ser abordado é o prolongamento da juventude. Atualmente vivenciamos uma clara dificuldade em delimitar o término deste período. Não é raro encontrarmos pessoas que pretendem terminar seus estudos, incluindo até cursos de mestrado e doutorado, antes de decidirem morar sozinhos ou casaram-se, e então deixar de morar com seus pais (Canosa Gonçalves et. al., 2003).

Partindo da premissa de todas estas transformações contemporâneas, é interessante tomarmos a definição do Conselho Nacional da Juventude no que diz respeito a estender até os 29 anos a faixa etária das pessoas que são consideradas jovens (Brasil, 2008).

São estes jovens que constituem o público beneficiário da prática de Orientação Sexual, no enfoque deste trabalho.

2. Orientação Sexual X Educação Sexual

Os autores que se preocupam atualmente com a temática da Orientação Sexual formulam questionamentos a respeito do termo que deve ser utilizado para definir tais práticas. Quando falamos em Orientação Sexual e em Educação Sexual, utilizamos a mesma definição para as duas expressões?

De acordo com Ribeiro (1990, p. 2-3), falamos em Educação Sexual quando nos referimos aos “processos culturais contínuos [...] que direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação de sua sexualidade”. Nesta definição, podemos pensar que a educação sexual tem seu início no nascimento de cada indivíduo, sendo que o processo educacional acontece através da relação deste indivíduo com seu meio social. Então, as “atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade” são construídos por cada pessoa em contato com a sociedade, ou seja, amigos, grupos religiosos e/ou de convivência, meios de comunicação e, principalmente, a família. Portanto, a sociedade pratica ações educativas em sexualidade em relação aos indivíduos que a constituem. Porém, em grande parte das vezes, estas ações se tornam

“deseducativas”, na medida em que reproduzem e perpetuam tabus, desinformações e atitudes repressivas em relação à sexualidade humana.

Para Ribeiro (2004), a Orientação Sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada e realizada por profissionais especialmente preparados para exercer esta função. Diferencia-se, portanto, da Educação Sexual, que acontece durante toda a vida das pessoas, e que diz respeito ao processo educacional referente às atitudes em relação à sexualidade. Desta forma, podemos pensar a Orientação Sexual enquanto prática interventiva na vida das pessoas, prática que intervém na Educação Sexual que todas elas receberam em contato com a sociedade em que vivem.

Citando Suplicy et. al. (1994):

“Orientação Sexual é um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade, através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação e a tomada responsável de decisões” (Suplicy et. al., 1994, p. 8).

Percebemos a concordância de Suplicy et. al. (1994) com Ribeiro (2004) em afirmar que a Orientação Sexual é uma prática interventiva sistemática na área da sexualidade. Suplicy et. al. (1994), na definição citada, enfatiza que a Orientação Sexual deve ser pensada e executada a partir da consideração do orientando enquanto ser integral, ou seja, devem ser consideradas suas dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais no exercício de sua sexualidade. Além disso, a Orientação Sexual deve contemplar diversos aspectos do desenvolvimento sexual dos indivíduos, ou seja, saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Compreende-se o ser humano enquanto ser sexuado inserido num meio social, que continuamente se relaciona com outros seres humanos. Desta forma, amplia-se o enfoque da Orientação Sexual no Brasil que, no início e meados do século XX priorizava a dimensão biológica da sexualidade. No final do século XX e nos dias atuais, deve-se compreender a sexualidade enquanto manifestação humana, com desdobramentos além da mera

reprodução e da possibilidade de contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Tais aspectos não devem ser descartados, mas deve-se somar a eles outros aspectos como o prazer, as relações afetivas e os papéis sexuais na (re)definição de gênero (Guimarães, 2006).

Neste contexto, Santos e Bruns (2000) apontam que um dos objetivos da Orientação Sexual é levar o indivíduo a valorizar o prazer, o respeito mútuo, possibilitando-lhe uma vivência mais íntegra e feliz.

3. Breve histórico da Orientação Sexual no Brasil

No Brasil, a sexualidade tem sido um aspecto polêmico do cotidiano das pessoas, desde a época da Colônia do século XVI.

O homem brasileiro branco, nos primeiros anos da colonização, mantinha relações sexuais com várias índias, tendo com elas muitos filhos, caracterizando um comportamento sexual bastante promíscuo (Ribeiro, 2004).

Com o advento da escravidão, os jovens homens filhos dos senhores-de-engenho eram incentivados a se relacionar sexualmente com as escravas negras, para provar que eram “machos”. As mulheres brancas eram dominadas e submetidas às regras de seus pais, inicialmente, e de seus maridos, após o casamento. Em geral, casavam ainda adolescentes com homens bem mais velhos que elas. Era-lhes exigido um comportamento acanhado e humilde frente à sociedade.

Tal cenário brasileiro se mantém praticamente o mesmo durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Neste período da História do Brasil não há registros conhecidos de Orientação Sexual enquanto intervenção sistematizada.

A preocupação com a Orientação Sexual no Brasil, enquanto tema científico e pedagógico, data do início do século XX. Neste momento da história brasileira registra-se a organização dos primeiros espaços urbanos, que originaram as cidades brasileiras. Nestes locais a comunidade científica brasileira se organizava sofrendo forte influência européia (Ribeiro, 2004).

Barroso e Bruschini (1982) afirmam que, no início do século XX, esta influência européia manifesta-se no Brasil através de algumas correntes médicas e higienistas de sucesso na Europa. Tais correntes pregavam a necessidade de uma

Educação Sexual eficaz no combate à masturbação e às doenças venéreas (termo utilizado na época para referir-se às doenças sexualmente transmissíveis – DST's) e que preparasse a mulher para desempenhar adequadamente seu “nobre papel de esposa e de mãe”. Notamos que, logo no início de suas atividades no Brasil, a Orientação Sexual carrega uma característica de incitação do medo aos jovens (combate à masturbação e às doenças sexualmente transmissíveis – DST's), além de ser impregnada pela chamada ideologia de gênero machista (preparar a mulher para desempenhar adequadamente seu papel de esposa e mãe).

Neste momento, emerge a produção de teses, livros e manuais que tratam da Orientação Sexual, todos baseados no modelo médico higienista vigente. Referenciando este período, Chauí (1984) cita uma obra datada de 1938, de autoria de Oswaldo Brandão da Silva, intitulada *Iniciação Sexual-Educacional*. Este livro, segundo consta, tinha um conteúdo destinado somente aos “meninos de valor”. Segundo esta autora, o autor da obra não explica o significado do termo “valor”, mas fica claro que as meninas estavam proibidas de ler tal obra, pois deveriam manter-se inocentes e ser iniciadas na vida sexual apenas por seus maridos. Interessante ressaltar que, do grupo de meninas excluídas do acesso ao conteúdo da obra, não fazem parte as prostitutas. Estas eram consideradas uma tentação para os meninos enquanto aquelas eram chamadas de meninas de “boa família”.

Entre as décadas de 1920 e 1940, mesma época em que foi publicado o manual citado por Chauí (1984), foram publicados vários outros livros de orientação sexual cientificamente fundamentados, escritos por médicos, professores e até sacerdotes. Assim foi criada a sexologia enquanto campo oficial do saber médico (Ribeiro, 2004).

Concomitante à consolidação do conhecimento científico da época em relação à sexualidade, a Igreja Católica imprime severa repressão às práticas sexuais da população brasileira. Desta forma, a década de 50 é considerada pobre no sentido de não contar com nenhuma iniciativa no campo da Orientação Sexual (Guimarães, 1995).

Na década de 60 surgem as primeiras experiências de Orientação Sexual nas escolas dos estados de Minas Gerais (Belo Horizonte, em 1963, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, em 1964, no Colégio Pedro

Alcântara; em 1968, nos colégios Infante Dom Henrique, Orlando Rouças, André Maurois e José Bonifácio) e São Paulo (São Paulo, de 1963 a 1968, no Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo; de 1961 a 1969, nos Ginásios Vocacionais; de 1966 a 1969, no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental). Estas experiências são realizadas com base na ênfase ao aspecto biológico da sexualidade humana, tal qual era o tratamento dado a esta questão nos livros que possibilitaram o surgimento da sexologia enquanto área do conhecimento da medicina. Além disso, estas experiências foram fortemente carregadas com as marcas da repressão das manifestações da sexualidade (Ribeiro, 2004; Santos e Bruns, 2000).

Na época das primeiras experiências em Orientação Sexual nas escolas brasileiras, o país vivia seu período histórico e político chamado de ditadura militar. Em 1964, a população assiste à chegada das forças armadas ao poder da República Federativa do Brasil, através da imposição do Golpe de Estado. A partir daí, o regime militar reprime não só as manifestações políticas, mas também as manifestações sexuais e as implicações nos padrões de comportamento delas decorrentes (Ribeiro, 2004).

Em 1968, a deputada federal do Rio de Janeiro Júlia Steinbruk apresentou um projeto de lei que previa a introdução obrigatória da Educação Sexual nas escolas brasileiras. Tal projeto de lei não foi transformado em legislação porque o então Ministério da Educação e Cultura, através de sua Comissão Moral e Civismo, rejeitou o projeto, demonstrando o severo receio por parte dos gestores da educação brasileira da época em relação ao tratamento de questões sexuais com os estudantes (Ribeiro, 2004; Santos e Bruns, 2000).

Na década de 70, cresce a censura do governo militar e há um quase desaparecimento de projetos de Orientação Sexual nas escolas brasileiras. Apenas em 1978, com a abertura política trazida pelo presidente Ernesto Geisel, a Prefeitura Municipal de São Paulo implantou projetos de Orientação Sexual em três escolas, os quais, posteriormente, foram ampliados para muitas escolas municipais, envolvendo orientadores educacionais e professores de Ciências e Biologia. Em 1979, a rede pública estadual paulista iniciou um trabalho de informação aos estudantes sobre os aspectos biológicos da reprodução, por intermédio da disciplina de Ciências e

Programas de Saúde da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Ribeiro, 2004; Santos e Bruns, 2000).

Ao fim da década de 70 e durante a década de 80, surgem novas ações no plano da Orientação Sexual, como o aparecimento de serviços telefônicos, programas de rádio e de televisão, enciclopédias e fascículos, congressos e encontros de professores. Proliferam as iniciativas na rede particular de ensino. Nasce nessa época a SBRASH – Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (Santos e Bruns, 2000).

De 1989 a 1992, na cidade de São Paulo, foi desenvolvido um abrangente projeto de Orientação Sexual nas escolas municipais, com a participação do renomado GTPOS (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual). Este projeto atingiu 30.000 alunos e foram capacitados 1.105 professores para oferecer ações de orientação sexual nas escolas (Ribeiro, 2004; Suplicy et al., 1994).

Nota-se que, desde as primeiras experiências de projetos de Orientação Sexual na década de 1960, não existiram ações continuadas, sendo que estes projetos historicamente ficaram atrelados às vontades político-partidárias de prefeitos ou governadores.

Ribeiro (2004) corrobora dizendo que, somente com a aprovação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases em 1996 e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 como linhas a serem seguidas para se concretizar a meta da educação para o exercício da cidadania, a Orientação Sexual teve oficialmente reconhecida sua necessidade e importância enquanto ação educativa escolar.

4. Os programas de Orientação Sexual

Podemos constatar na maioria dos programas de Orientação Sexual executados no Brasil, ainda nos dias atuais, uma tendência de mostrar apenas os problemas e possíveis más consequências da sexualidade. Em geral, no conteúdo destes programas são enfatizadas (quando não são exclusivas) as DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis e as gravidezes precoces na adolescência, com maternidade e/ou paternidade indesejadas. Este conteúdo não sensibiliza os jovens para a discussão construtiva do tema sexualidade humana. Eles costumam não se sentir à vontade para receber uma adequada Orientação Sexual, pois identificam

claramente a repressão sexual que experimentam em seu meio social, aqui também reproduzida pelos profissionais orientadores sexuais (Afonso e Ribeiro, 2006; Santos e Bruns, 2000).

Em contato com um conteúdo de Orientação Sexual que prioriza os problemas advindos de uma vivência inadequada da sexualidade e não os aspectos afetivos, prazerosos, e de respeito às relações humanas, os jovens costumam não perceber uma relação coerente entre o conteúdo abordado e suas próprias experiências reais concretas. Comenta-se que o sexo traz problemas, mas a maioria dos jovens percebe suas experiências sexuais como prazerosas, surgindo aí um paradoxo.

Desta forma, urge a necessidade da discussão de conteúdos adequados à realidade dos jovens para que eles possam realmente tomar atitudes responsáveis na vivência de suas sexualidades. Assim, um programa efetivo de Orientação Sexual deve reconhecer o exercício prazeroso da sexualidade, sem deixar de contemplar as medidas de proteção à saúde e os métodos contraceptivos para tornar possível a emergência de maternidades e paternidades responsáveis, no momento de escolha consciente de cada pessoa que deseje ter filhos.

Nos dias atuais, percebe-se a crescente preocupação de alguns pais e educadores diante do número de gestações na adolescência. Segundo o Ministério da Saúde, enquanto a taxa de fecundidade de mulheres adultas tem caído nas últimas quatro décadas, entre as mulheres jovens existe uma relação inversamente proporcional. “Desde os anos 90, a taxa de fecundidade entre adolescentes aumentou 26%” (Brasil, 2006, p. 17).

Tal preocupação mobiliza e estimula o avanço das ações em orientação sexual, o que pode ser intensamente benéfico para os jovens, visto que eles poderão ter maior acesso a programas desta natureza. No entanto, cabe questionar se pais e educadores ainda mantêm seu foco sob uma concepção repressiva da sexualidade humana, desejando que uma Orientação Sexual possa produzir uma atitude sexualmente abstinente dos jovens brasileiros, desejo que se mostra absolutamente inalcançável e indesejável. De outro modo, a preocupação advinda dos pais e educadores quanto ao número de gestações na adolescência pode ser um ponto de partida para propiciar espaços abertos de discussão, onde o jovem

possa refletir sobre sua própria sexualidade, no sentido de conscientemente poder efetuar escolhas para sua vida, que incluem ter ou não filhos. Para tal escolha, o jovem, que num futuro próximo se tornará um adulto, deve ter conhecimento e autonomia sobre o uso de métodos contraceptivos (Santos e Bruns, 2000).

Outra preocupação de pais e educadores que mobiliza a execução de programas de Orientação Sexual são as doenças sexualmente transmissíveis uma vez que, ao iniciar a vida sexual, muitos jovens, ainda que possuam conhecimento de prevenção, não utilizam preservativo. (Bonini e Vani, 2006).

Infelizmente a maioria dos programas brasileiros de Orientação Sexual não é contínua. Caracterizam-se muitas vezes pelo oferecimento de palestras pontuais sobre sexualidade. Este tipo de programa não atinge os objetivos de propiciar elementos para uma construção adequada do exercício da sexualidade dos jovens. Para trazer efetivos benefícios à juventude, o processo de educação precisa de continuidade, de vínculo, de tempo, de reconhecimento. (Canosa Gonçalves, 2003).

5. Orientação Sexual como tema transversal

O governo federal brasileiro, através do Ministério da Educação - MEC, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), estabelece a Orientação Sexual no Ensino Fundamental enquanto tema transversal, isto é, um assunto a ser trabalhado em todas as disciplinas escolares, por quaisquer professores que se sintam mobilizados, sempre que houver espaço na grade curricular ou em horários extraclasse.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN,

“propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus” (Brasil, 1997, p. 300).

Percebemos o complexo dever atribuído à Orientação Sexual no âmbito escolar na medida em que é sua função a reflexão contínua sobre as informações constantes recebidas pelos jovens em suas relações sociais. Daí decorre a necessidade de que os profissionais que executam programas de Orientação Sexual tenham conhecimentos científicos suficientes e adequados para abordar as demandas cotidianas da juventude em relação à sexualidade. É preciso que, pela Orientação Sexual, os jovens possam formar suas opiniões a respeito do tema para propiciar um pleno exercício de suas sexualidades.

Apesar da clara proposição dos PCN de conceber a Orientação Sexual no âmbito escolar enquanto tema transversal extremamente importante para a formação de valores conscientes pelos jovens em relação à sexualidade, muitas dificuldades têm permanecido no exercício diário desta prática educacional. Como sexo é um assunto intensamente repleto de repressões em nossa sociedade ocidental, muitos educadores não manifestam interesse sobre o tema, deixando de buscar formação adequada para o trabalho de Orientação Sexual com a juventude.

Além dos profissionais diretamente em contato com os jovens, há uma grande parcela de educadores que são dirigentes de estabelecimentos educacionais e, reproduzem as mesmas repressões sociais em relação à sexualidade, não contribuindo positivamente para a execução de bons programas de Orientação Sexual, uma vez que não acreditam que este tema seja importante para a comunidade estudantil ou acreditam que falar sobre sexualidade com jovens estudantes pode induzi-los à prática precoce de relações sexuais.

A Orientação Sexual na escola ainda tem um extenso caminho a ser trilhado para que a sexualidade, presente na vida de todas as pessoas, possa ser tratada (e aprendida) pelos profissionais da educação e seus respectivos educandos sem os massacrantes e silenciadores tabus e com respeito e propriedade, para inibir práticas inadequadas e produzir práticas saudáveis do exercício da sexualidade.

6. O Educador/Orientador Sexual

Retomando a discussão sobre a definição dos termos “educação sexual” e “orientação sexual” presente no item “Orientação Sexual X Educação Sexual” deste trabalho, encontramos com maior frequência na literatura especializada o termo

“educador sexual” referindo-se àquele profissional que exerce a prática educacional de Orientação Sexual, enquanto prática institucionalizada e sistematizada. Desta forma, neste momento, utilizaremos o termo “educador sexual” para fazermos referência a este profissional especializado e não aos membros da família e demais relações interpessoais dos jovens, que contribuem para a sua educação em um sentido mais amplo, conforme Vitiello (1994).

Segundo Canosa Gonçalves (2003), o desenvolvimento psicosssexual é um processo único e pessoal, que sofre transformações ao longo do processo por diversos aspectos do comportamento sexual humano sendo eles: constituição biológica do indivíduo (hereditariedade, níveis hormonais), relações familiares, padrão econômico, características culturais, adoção da fé, entre outros.

Portanto, o educador sexual, ao realizar sua prática, está inserido neste complexo contexto do comportamento humano e deve intervir nesta realidade. Os jovens com os quais o educador sexual trabalhará trazem em suas histórias de vida diversas realidades, variadas construções biopsicossociais em um mesmo grupo de jovens orientandos. Cabe ao educador sexual ter capacidade para perceber tais diferenças e pautar suas ações de maneira a privilegiar a diversidade, num contexto de respeito às escolhas pessoais de cada jovem. Ao educador sexual é requerida abertura intelectual, moral e afetiva para tornar possível a realização da Orientação Sexual com jovens tão diversos.

A Orientação Sexual deve ser uma prática ofertada a todos os jovens, mas não uma prática arbitrária e unidimensional, que reproduz os preconceitos repressivos de nossa sociedade. Assim, o educador sexual deve ser flexível em relação às diversas orientações afetivo-sexuais, às religiosidades, enfim, diversas concepções construídas sobre sexualidade na história pessoal de cada jovem. Orientação Sexual “se destina à pessoa humana, com a prerrogativa de igualdade entre os seres humanos, em primeiro lugar” (Guimarães, 2006, p. 11).

O educador sexual deve apresentar adequação sexual, isto é, reconhecer-se enquanto pessoa sexuada, com suas preferências e limites, e não influenciar as decisões dos jovens a partir destas preferências. Diferenciar-se pessoalmente de quem orienta é imprescindível para que o educador sexual possa propiciar condições para reflexão ao jovem para que este possa realizar suas próprias

escolhas. Segundo Canosa Gonçalves (2003, p. 56) um bom educador sexual é “aquele que convive com os jovens no dia-a-dia, que os conhece e é reconhecido por eles, e que tem em sua prática profissional os pressupostos da educação”.

Desafiante para o trabalho do educador sexual com jovens é utilizar métodos e técnicas que prendam a atenção deste público, que provoquem reflexão e que sejam capazes de fazer com que o jovem se comprometa consigo próprio e com suas parcerias (Bonini e Vani, 2006).

É imprescindível que o educador sexual possua conhecimentos científicos adequados sobre desenvolvimento humano, constituição dos órgãos sexuais, saúde reprodutiva, métodos de prevenção às DST's e/ou contraceptivos, relacionamentos interpessoais e relações de gênero. Não é necessário que o profissional detenha estes conhecimentos em nível de especialista em sexualidade humana, mas deve continuar buscar atualizar tais saberes, afim de oferecer uma prática de qualidade em relação à Orientação Sexual. (Guimarães, 2006; Suplicy et. al., 1994)

Nesta realidade, o desafio proposto ao orientador sexual é que, através de seu trabalho, possa propiciar condições para que os jovens reflitam a respeito de suas sexualidades e possam exercê-las de maneira saudável. Segundo Vitiello (1997) educar é dar ao educando condições e meios para que cresça interiormente.

7. Considerações finais

No atual panorama da Orientação Sexual, os orientadores sexuais, sejam médicos, psicólogos, educadores ou profissionais de outras áreas de conhecimento, precisam efetivamente romper com o modelo higienista vigente na concepção de sexualidade humana no início e meados do século XX. Este modelo enfatiza a sexualidade dos jovens enquanto comportamento de um organismo biológico, portanto com risco de, a partir de uma relação sexual, ocorrer uma gravidez indesejada. Além disso, há uma grande preocupação com as possíveis contaminações por doenças sexualmente transmissíveis – DST's.

Romper com este modelo biologicista significa conceber os jovens enquanto seres humanos integrais, biopsicossociais. Isto significa compreender a sexualidade juvenil enquanto expressão de pessoas completas, que são corpo, emoções, sentimentos, idéias, e que se relacionam mutuamente inseridas em um contexto

social. Portanto, a partir do momento em que repensamos nossa prática profissional de Orientação Sexual, devemos sempre concebemos os jovens enquanto seres humanos que são produzidos pela sociedade em que vivem e também a produzem.

Precisamos reconhecer, sem receios, a dimensão prazerosa da sexualidade e a saúde sexual enquanto parte constituinte da qualidade de vida das pessoas. Afirmar que o sexo proporciona prazer ao jovem não incentiva a promiscuidade nem a precoce iniciação sexual. Trata-se de imprimir coerência na prática da Orientação Sexual e torná-la atraente à juventude. Desta forma, podemos promover saúde, na medida em que isto signifique aprender sobre o próprio corpo, prevenir-se contra o contágio de doenças sexualmente transmissíveis – DST's, planejar uma gravidez de forma adequada, inibir práticas sexuais violentas, respeitar a diversidade sexual, relacionar-se com respeito com as outras pessoas.

Neste complexo contexto, os profissionais que exercem a prática de Orientação Sexual com jovens devem continuamente (re)pensar criticamente sua atuação, para uma adequada abordagem às questões e necessidades advindas deste público. Apresenta-se inegavelmente a necessidade de que a Orientação Sexual seja discutida na capacitação permanente destes profissionais, sobretudo nos centros acadêmicos.

Desta maneira, os educadores sexuais poderão, cada vez com maior propriedade, criar condições reais para que os jovens tenham a oportunidade de exercer sua sexualidade de maneira responsável, efetuando escolhas e agindo de forma consciente no relacionamento consigo mesmo e com suas parcerias.

8. Referências

AFFONSO, L. L. e RIBEIRO, P. R. M. (2006). **O “ficar” e o “rolo”: provocando o debate sobre as atitudes e relações afetivas dos jovens no final do século XX e início do século XXI.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D. e RIBEIRO, P. R. M. (org.). **Adolescência em questão: estudos sobre sexualidade.** (pp. 27-40). Araraquara: FCL – UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora,

BARROSO, C. e BRUSCHINI, C. (1982). **Educação Sexual: Debate Aberto.** Petrópolis: Vozes.

BONINI, D. D. e VANI, J. P. (2006). **20 adolescentes e seus segredos: sexualidade.** São José do Rio Preto: HN.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual.** Volume 10.5 Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 285-336. Recuperado em 20 de junho de 2008, de <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>>.

BRASIL. **Marco Teórico e Referencial Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva de Adolescentes e Jovens: Versão Preliminar.** Ministério da Saúde: Brasília, 2006. Recuperado em 2 de julho de 2008, de <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco_teorico_referencial.pdf>.

BRASIL. Documento Base – **1ª Conferência Nacional da Juventude: Levante sua Bandeira. Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude:** Brasília, 2008. Recuperado em 2 de julho de 2008, de <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/texto-basePB.pdf>>.

CANOSA GONÇALVES, A. C.; RODRIGUES, E.; VITIELLO, P. (2003). **Ser adolescente.** In: In: CANOSA GONÇALVES, A. C.; PELLINI, E.; BERENSTEIN, E.; RODRIGUES, E.; BERENSTEIN, I. S.; GASPERINI, M. I.; VITIELLO, P.

Sexualidade responsável: gravidez na adolescência. (pp. 41-54). São Paulo: PlanMark.

CANOSA GONÇALVES, A. C. (2003). **O educador sexual e o adolescente: Um namoro que dá certo!**. In: CANOSA GONÇALVES, A. C.; PELLINI, E.; BERENSTEIN, E.; RODRIGUES, E.; BERENSTEIN, I. S.; GASPERINI, M. I.; VITIELLO, P. Sexualidade responsável: gravidez na adolescência. (pp. 55-71). São Paulo: PlanMark.

CHAUÍ, M. (1984). **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida.** São Paulo: Brasiliense.

GEWANDSZNAJDER, F. (1999). **A construção da sexualidade do adolescente. Mudando de corpo: puberdade.** In: RIBEIRO, M. (org.). O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. (pp. 77-86). São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual.

GUIMARÃES, I. (1995). **Educação sexual na escola: mito e realidade.** Campinas: Mercado das Letras.

GUIMARÃES, I. R. F. (2006). **Sexualidade e educação escolar: uma discussão teórica.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D. e RIBEIRO, P. R. M. Adolescência em questão: estudos sobre sexualidade. Araraquara: FCL-UNESP. Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. Coleção Psicologia e Saúde.

Lei No 8.069, de 13 de julho de 1.990 (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Publicada no DOU de 16.7.90 e Retificada em 27.9.90. Recuperado em 17 de março de 2009 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>.

RIBEIRO, P. R. M. (1990). **Educação Sexual além da informação.** São Paulo: EPU.

RIBEIRO, P. R. M. (2004). **Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil.** In: RIBEIRO, P. R. M. (org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. (pp. 15-25). São Paulo: Arte & Ciência.

ROUCO, J. J. M. (1999). **A construção da sexualidade do adolescente: aspectos sociais e culturais.** In: RIBEIRO, M. (org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde.** (pp. 93-99). São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual.

SANTOS, C. e BRUNS, M. A. T. (2000). **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica.** São Paulo: Ômega Editora.

SUPLICY, M.; EGYPTO, A. C.; VONK, F. V. V.; BARBIRATO, M. A.; SILVA, M. C. P.; SIMONETTI, C.; SCHWARZSTEIN, J. (1994). **Guia de Orientação Sexual: Diretrizes e Metodologia da Pré-Escola ao 2º grau. Tradução e adaptação Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual,** Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. São Paulo: Casa do Psicólogo.

TAVARES, R. M. (1999). **A construção da sexualidade do adolescente: aspectos psicológicos.** In: RIBEIRO, M. (org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde.** (pp. 87-92). São Paulo: Editora Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual.

VITIELLO, N. (1994). **Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores.** São Paulo: CEICH.

VITIELLO, N. (1997). **Quem educa o educador, um manual para jovens, pais e educadores.** São Paulo: Iglu Editora.